

Modelos de análises do desempenho financeiro público

Contabilidade pública: análise financeira governamental / Severino Cesário de Lima, Josedilton Alves Diniz. – 1. Ed [2ª Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2016.

Severino Cesário de Lima é Doutor e Mestre em Ciências Contábeis: Área de Concentração em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). Especialista em Auditoria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Contábeis, Ciências Administrativas e Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) atualmente é Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN e Assessor Especial da Reitora da UFRN. Autor da Monografia “Capacidade de Endividamento dos Grandes Municípios Brasileiros”, Premiada com Menção Honrosa no XVII Prêmio do Tesouro Nacional.

Josedilton Alves Diniz É Doutor em Ciências Contábeis: Área de Concentração em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), Mestre em Contabilidade pelo Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/UFPE/UFPB/UFRN. Especialista em Auditoria Contábil pela Universidade Potiguar (UNP). Graduado em Ciências Contábeis e Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é Auditor de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coautor de Livros e Capítulos de Obras Publicadas pelo GEN | Altas:

- Análise avançada das demonstrações contábeis
- Análise didática das demonstrações contábeis
- Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia.

Contabilidade pública, análise financeira governamental é uma obra que busca trazer para o ambiente acadêmico e profissional da gestão pública brasileira modelos de análises financeiras utilizados em outras nações, adaptando-os as particularidades do Brasil. Posto que, devido existir grande complexidade e particularidade da

contabilidade pública em detrimento a contabilidade privada e sendo desta, muitas vezes, importado modelos que em quase nada contribui para entendimento da situação financeira do setor público, anulando uma das grandes contribuições que a Ciência Contábil traz para aqueles que dela se beneficiam para desenvolver o seu patrimônio que é a informação útil. Sem dados adequados, confiáveis e embasados em técnicas científicas, os gestores não conseguem desenvolver melhoramentos em sua gestão e a sociedade perde, dentre tantos outros fatores, em não poder ter conhecimento adequado para escolher os seus representantes bem como em serviços mais adequados a suas reais necessidades. As técnicas aqui apresentadas fazem parte, também, de conhecimento adquirido pelos autores em suas vivências profissionais. Para que se possa lançar luz a uma análise financeira é importante primeiramente entender qual ou quais são os objetivos do ente avaliado, pois quando se trata de entidades privadas, em suma, entendemos que elas vislumbram o lucro. Entretanto, os órgãos da administração direta e indireta que compõem o governo têm por objetivo satisfazer as necessidades sociais e econômicas da população, conforme é citado Berne e Schramm (1986, p.4), há quatro dimensões de avaliação de um governo: eficiência, equidade, condição financeira e *Accountability*. Todas essas dimensões devem ser avaliadas, sendo o foco central desta obra a dimensão condição financeira. Como já posto, ter informação confiável é matéria prima para tomadas de decisões, quando se trata de informação financeira das entidades públicas, essa confiabilidade toma proporção gigantesca, tendo em vista o poder coercitivo na cobrança dos tributos e o impacto sentido na população quando da utilização dos serviços necessários e essenciais postos a sua disposição através da gestão financeira desses recursos. Os relatórios contábeis (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações Patrimoniais e Notas Explicativas) são ferramentas essenciais nesse propósito. Ao apresentar a distinção entre posição financeira e condição financeira, termos que podem confundir pela similaridade de palavras, fica evidenciado que a primeira retrata a capacidade de a entidade pública tem de arrecadar e gastar as receitas públicas e apresentar essa informação via prestação de contas através dos relatórios contábeis acima citados junto aos órgãos de controle e até mesmo perante a sociedade, contudo essa posição pode não refletir na condição financeira que vai além das obrigações financeiras relacionadas a prestação dos serviços a população, mas e principalmente como essa

população percebe essa prestação, ou seja, a condição financeira visualiza o governo e as pessoas juntas (Berne, 1982, p. 16-17). A Lei Orçamentária nº 4.320/1964 que “*estatuí normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*”, de forma simplificada, limita os gastos públicos à previsão da receita orçamentária e exige em seu artigo 48 a existência de uma programação financeira para que haja equilíbrio entre o que foi previsto no orçamento de receitas e o que efetivamente foi arrecadado de tributos e demais receitas públicas, para utilização em seus programas de trabalho. Entender a distinção entre valor disponível no orçamento e recursos financeiros efetivamente disponíveis em caixa ainda é uma dificuldade encontrada por muitos, inclusive entre gestores públicos, entretanto, ao realizar a programação financeira, preconizada pelo supracitado artigo 48 da Lei 4.3020/1964, traz equilíbrio nas contas públicas e melhoria nas análises financeiras dos entes públicos. Análises são possíveis quando se dispões de dados comparativos, isto posto, para que se possa analisar a qualidade do grau de eficiência dos gastos públicos é importante também levar em consideração, além dos recursos, as necessidades da comunidade. Posto que, devido a inter-relação entre os recursos e necessidades da comunidade há um ciclo de causa e efeito, onde o aumento ou diminuição de uma dessas variáveis pode refletir em melhor ou pior qualidade no desempenho na gestão pública de determinada comunidade, citando Tiebout (1956) o indivíduo “vota com o pé”, ou seja, procura se estabelecer onde percebe uma menor carga tributária e uma melhor prestação dos serviços públicos. Por agregar uma quantidade significativa de dados, os Indicadores de Recursos da Comunidade deve ser a ferramenta mais presente no dia a dia dos gestores, posto que, ter essa informação clara é possível buscar o equilíbrio entre os recursos e as necessidades da comunidade citado anteriormente. Fazendo um paralelo com a contabilidade privada, a análise de solvência, isto é, a capacidade de uma empresa honrar com seus compromissos e ainda poder gerar dividendos aos seus acionistas é importante indicador da capacidade de gestão de seus administradores. Na gestão do patrimônio público essa análise de solvência é vista olhando os indicadores da execução orçamentária, trazendo de forma mais objetiva, caso as receitas arrecadadas superarem as despesas orçadas se demonstra um superávit de execução, as demais posições ou demonstra equilíbrio ou déficit de execução orçamentária. Dentro do tópico de análise da receita pública, cuja base é a arrecadação tributária, alguns pontos são destacados trazendo importante

contribuição para os gestores analisarem suas potencialidades de execução, sendo eles: receitas flexíveis, fontes diversificadas, instituição de mecanismos de controle na arrecadação e certo equilíbrio entre elasticidade e inelasticidade em relação a inflação e a base econômica, visto que algumas receitas crescem com a inflação. Tão importante quanto conhecer e conseguir uma boa execução nas receitas é a aplicação delas, neste ponto é apresentado mecanismos de controle para os gastos públicos, tendo a Lei Complementar nº101/2000, conhecida como a lei de responsabilidade fiscal, onde os gestores têm que seguir as diretrizes do diploma legal para não extrapolar nos gastos, respeitando limites de despesas e cumprindo metas fiscais.

Ficou claro nesta obra que a construção de modelos de análise baseado nas mais modernas e melhores práticas utilizadas em outros países e adaptando-as à realidade brasileira é um grande avanço para os gestores públicos e, por conseguinte, para toda a nação, podendo proporcionar melhorias na arrecadação com equidade e justiça social, melhores gastos com investimentos que atendem às reais expectativas da comunidade, minimizando os desperdícios e combatendo os desvios, proporcionando algo há muito esperado pela população brasileira que é a transparência na prestação de contas (Accountability), responsabilização dos maus gestores e valorização dos bons. Peter Drucker em uma de suas célebres frases disse “o que pode ser medido pode ser melhorado” sendo este o foco do trabalho desta obra, isto é, buscou apresentar variadas ferramentas de análises financeiras vislumbrando um melhor posicionamento dos diversos órgãos públicos, sendo que essas análises, em grande parte de dados gerados pela contabilidade.

Esta obra está indicada para profissionais da área de contabilidade que atua no setor público, administração, direito, professores, analistas financeiros e gestores públicos. Contém uma linguagem técnica avançada, apresenta modelos de gráficos, relatórios e fórmulas matemáticas que podem dificultar o entendimento do público em geral não conhecedor das teorias e relatórios envolvidos no assunto, bem como das leis que balizam o direito financeiro público brasileiro, entretanto não impossibilita o entendimento daqueles que se debruçarem a se aprofundar no referido assunto.